



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Educação e política social.

**FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS:  
EXIGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS**

**Ana Lúcia Suárez Maciel<sup>1</sup>**

**Resumo:** O artigo problematiza as repercussões da crise do capital, do Estado e da sociedade, na sua relação com a formação de profissionais para atuação junto às políticas públicas, a fim de indicar a conformação atual da mesma e as exigências que se renovam na direção da garantia dos direitos sociais, do fortalecimento do poder público no atendimento das demandas da sociedade e na capacidade de resistência dos operadores de políticas públicas e dos seus formadores, o que não suprime a inegável luta que se vivencia na contemporaneidade e que se traduz entre: o público e o privado; o direito e a mercadoria; a sociedade e o mercado; o individual e o coletivo.

**Palavras-Chave:** Formação; Políticas Públicas; Crise do Estado.

**TRAINING OF PROFESSIONALS FOR PUBLIC POLICIES:  
CONTEMPORARY DEMANDS**

**Abstract:** The article problematizes the repercussions of the crisis of capital, the state and society, in its relation with the training of professionals to work with the public policies, in order to indicate the current conformation of the same and the requirements that are renewed towards the guarantee social rights, the strengthening of public power in meeting the demands of society and the resilience of public policy makers and their trainers, which does not suppress the undeniable struggle that is experienced in the contemporary world and which translates between: the public and the private one; the right and the goods; society and the market; the individual and the collective.

**Keywords:** Training; Public policies; Crisis of the State.

**Introdução**

O debate sobre a formação de profissionais para as políticas públicas, neste ano de 2018, se renova e atualiza diante da crise capitalista que vivemos na realidade nacional e internacional. Na esteira dessa crise, testemunhamos uma série de pautas que se relacionam com esse debate, com destaque para o fortalecimento do ideário neoliberal que traz como questionamento fundante o papel do Estado e, nele, do seu modelo de gestão e execução dos serviços sob sua responsabilidade.

Igualmente, as mudanças que se processam no mundo do trabalho, decorrentes da crise estrutural do capital, vem impondo às instituições que os formam e aos próprios trabalhadores a necessidade de apreendê-las para nelas incidir, de modo ativo e/ou

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social; Professora e pesquisadora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <alsmaciel@gmail.com>.

reativo. Logo, problematizar a formação daqueles que atuam, no âmbito das políticas públicas, demanda a apreensão desse conjunto de elementos.

Por conta disso, escrever um artigo sobre esse tema se torna instigante, pois há mais de uma década e meia viemos pesquisando sobre as políticas de educação superior e a sua incidência na formação profissional. Parte dos nossos achados que se constituem em frutos de pesquisas bibliográficas, documentais e empíricas, nos ajudam a compreender as mudanças que vem se processando nas Instituições de Ensino Superior – IES, no que se refere ao seu modelo de gestão e propostas de formação; bem como nas concepções de educação e formação que estão em disputa no interior das mesmas e, sobretudo, na sociedade. No seu conjunto, essas mudanças vêm impactando na formação da geração futura de profissionais, especialmente, aqueles que se dedicarão a atuar no âmbito das políticas públicas; logo, nas instituições públicas (estatais ou não estatais).

Parte-se da premissa de que a formação de profissionais para atuar no âmbito das políticas públicas vem sendo capturada pela lógica imposta pela ideologia vigente, bem como pela política de educação superior que altera a concepção de formação profissional e põe em risco as possibilidades destas profissões contribuírem, de modo efetivo, com os sistemas de proteção social e garantia de direitos.

A fim de apreender esses elementos, na particularidade da sua conformação e das exigências contemporâneas postas na formação de profissionais para atuação nas políticas públicas estruturamos o artigo nesta introdução; num item que aborda a relação entre o Estado e as políticas públicas no contexto de crise que vivemos; num item que tematiza a formação de profissionais no âmbito das políticas públicas, tratando de dar visibilidade para as suas lógicas e interesses em disputa; na conclusão e indicação das referências que ancoram o mesmo.

### **Estado em crise: lócus de atuação dos operadores de políticas públicas**

A agenda das políticas públicas, organizada a partir da Constituição de 1988 – CF 88 desencadeou ações públicas, governamentais e não governamentais, a fim de implementar os direitos sociais nela contidos e, principalmente, formulá-las de modo a contemplar os princípios constitucionais que as balizam. Estes princípios se encontram fixados na referida Constituição, especialmente nos Artigos 203 e 204, que definem os

destinatários, os objetivos, as ações, as fontes de financiamento, o modelo de gestão que se ancora nas diretrizes da descentralização, democratização e participação e, por fim, a definição dos entes responsáveis pela sua execução. Como decorrência dessa agenda inúmeros esforços foram feitos, a fim de materializar tais princípios, o que incluiu a revisão dos projetos de formação dos profissionais que atuam no âmbito das políticas públicas para acompanhar esse processo, reatualizar suas práticas e contribuir com a democratização do acesso aos direitos sociais.

Contudo, o contexto e a gestão das políticas públicas sofreram impactos significativos nos últimos trinta anos, sendo que estamos vivenciando, na contemporaneidade, um processo de regressão da cidadania social que pode ser compreendido, de modo simples, em três tempos.

No primeiro tempo, a CF/88 desenhou um sistema de proteção social alicerçado na universalidade (em contraposição à focalização); seguridade social (em contraposição ao seguro social) e direito (em contraposição ao assistencialismo). Nesse período, as IES e outras instâncias de formação passaram a ocupar um papel fundamental: o de formar quadros para atuação no aparelho de Estado, de modo a atender os princípios contidos na Constituição Federal e, especialmente, sensibilizar uma geração de profissionais para atuar, no âmbito da garantia dos direitos sociais, em alinhamento com os princípios e diretrizes constitucionais.

No segundo tempo que, abrangeu os anos de 1990 e 2014, o sistema de proteção social conviveu com tensões e antagonismos que se expressaram em movimentos dialéticos de tentativa de contrarreformas, continuísmo, crescimento, inclusão social e emergência de uma “crise” para, então, dar lugar a um terceiro tempo, de 2016 aos dias atuais, onde há indicações do fim desse ciclo de construção da cidadania social. Esta última compreendida como políticas que atendam às necessidades e demandas das populações e territórios, com redes de serviços adequadas de atendimento e orientadas para autonomia e empoderamento dos cidadãos.

É importante lembrar que em meados da década de 1990, o Brasil passou por um processo de revisão do papel do Estado, acompanhando o movimento mundializado do capital, que culminou com a implementação de um Ministério de Administração da Reforma do Estado (MARE) e a apresentação, em 1995, de um Plano de Reforma do mesmo. A partir deste processo, ainda que o Plano não tenha sido implementado, o que

se vivenciou foi um conjunto de contrarreformas nas políticas públicas que representaram um retrocesso no campo dos direitos sociais e, particularmente, fragilizaram a atuação dos seus operadores. Na esteira desse processo, um importante movimento de desqualificação do público passou a ser incorporado no discurso vigente, de modo a fazer emergir a ideologia contrária: a de que tudo que é privado é melhor.

No âmbito das IES este discurso penetrou, fortemente, seja pelas iniciativas que foram implementadas pelo Estado, na forma de legislações e planos nacionais de educação superior, quanto de programas de incentivos fiscais, de parcerias entre IES públicas e empresas privadas, entre outros exemplos; bem como pela influência de documentos internacionais que denunciavam o quanto o ensino superior no país estava aquém do nível internacional e das demandas do mundo do trabalho.

Como decorrência desse processo, as IES do país vivenciaram o que CHAÚÍ (2001) denominou de passagem de um modelo de instituição social para organização social, ou seja, incorporaram a lógica e o modelo de gestão empresarial, o que repercutiu, igualmente, nas propostas de formação de profissionais, inclusive, os que se dedicam a atuar no âmbito das políticas públicas.

No seu conjunto, Estado, políticas públicas e IES vivenciam os rebatimentos das contrarreformas que representam, em síntese, um retrocesso no campo dos direitos sociais e, particularmente, fragilizam a atuação dos seus operadores – foco deste artigo.

### **Formação de profissionais no âmbito das políticas públicas: lógicas e interesses em disputa**

A possibilidade histórica das profissões está determinada pelo desenvolvimento da sociabilidade capitalista, o que significa reconhecer no presente: a) a condição geral do trabalho assalariado, reconhecendo que os trabalhadores que atuam no âmbito das políticas públicas são assalariados que participam de processos de trabalho (portanto sujeitos a um modelo de organização e gestão do trabalho) que tem no Estado o seu principal empregador (logo vivenciam os rebatimentos da “crise” no setor) e vivenciam as mesmas injunções da classe trabalhadora, a saber: baixos salários; relações precarizadas; jornadas duplas/triplas de trabalho; condições de trabalho insatisfatórias; intensificação das rotinas de trabalho (incluindo controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem atingidas); aumento da demanda de trabalho associada a

redução dos quadros de profissionais; desconhecimento das competências e atribuições profissionais, gerando desvalorização ou desqualificação do profissional e, ainda, fragmentação do trabalho ou diluição das especificidades do fazer profissional; b) a pauperização, precarização e perda de direitos da classe trabalhadora decorrente da crise estrutural do capitalismo, associada às novas formas de expropriação da classe trabalhadora que se expressa pela subtração de direitos e das próprias condições históricas de reprodução da força de trabalho. Na realidade brasileira, isto se materializa pelo processo de contrarreforma do Estado que se alicerça em três pilares: no âmbito político-institucional com a adoção de um modelo gerencialista de Estado; no âmbito das relações de trabalho (reforma da previdência, lei das terceirizações, etc.) e no ajuste fiscal que congela gastos públicos por vinte anos e reduz recursos para as políticas sociais (PEC 241/2016).

Diante da desqualificação progressiva do papel do Estado e dos seus operadores, cabe o questionamento acerca da necessidade e do tipo de formação a ser dada aos profissionais que atuam com políticas públicas.

Na conjuntura atual que vivemos no Brasil, não temos dúvida acerca da necessidade destes profissionais, ainda que estejam vivenciando situações que beiram a própria dignidade ao trabalho, como é o caso de muitos estados e municípios que estão parcelando ou, até mesmo, atrasando salários há meses, o que vem impondo a esses trabalhadores a sua capacidade de organização e resistência diante de um quadro que apresenta múltiplas facetas: desqualificação da atuação do Estado no atendimento das necessidades dos cidadãos, crise fiscal, crise econômica, crise social que, no seu conjunto, retratam a crise capitalista que se sustenta na ideologia neoliberal, o que impõe a demonização de tudo que é estatal para dar vazão às iniciativas privadas que, em tese, seriam mais qualificadas para atender as demandas da sociedade.

Desde 2013, a conjuntura do país apresenta um quadro de grandes mobilizações sociais frente aos ataques do capital, por meio do patronato e do Estado, com precarização das condições de vida dos trabalhadores imposta pela terceirização, desemprego estrutural crescente, desregulamentação das relações de trabalho e cortes orçamentários em políticas sociais que reduzem direitos sociais e trabalhistas arduamente conquistados (ABRAMIDES, 2017, p. 367).

Nessa direção, formar profissionais para as políticas públicas parece ser pouco interessante, diante dos discursos vigentes, na esfera do mundo do trabalho, que

fomentam o empreendedorismo individual, as iniciativas colaborativas privadas e a atuação empresarial. Será verdade?

Se observarmos os indicadores sociais vigentes, com o agravamento das condições de vida da população brasileira, com a redução dos gastos públicos, especialmente, junto às políticas sociais, parece ser verdadeiro que essa atuação profissional seja pouco atrativa. No entanto, o que, historicamente, marcou e, ainda, marcará a atuação desses profissionais é a crença na imprescindibilidade do Estado na vida da população, na noção de direito social e na importância das políticas públicas para o desenvolvimento humano, social e, conseqüentemente, econômico do país.

Dentre as contradições crescentes nos Estados capitalistas na atualidade figura uma profunda desqualificação das formas políticas clássicas. A extrema concentração da propriedade dos recursos sociais de produção, protegida por legislações e entidades internacionais, acrescida de enorme volume (nacional e internacional) de aparelhos privados de hegemonia sustentados pelo empresariado e voltados para convencimento de massa, contando com recursos técnicos refinados, parece alterar essa dinâmica (FONTES, 2017, p. 419).

Assim, a formação desses profissionais interessa ao próprio povo que já consegue perceber, ao menos pela experiência cotidiana, que se as suas necessidades não forem atendidas pelo Estado, precisará acessar o mercado, tornando-se um consumidor, ao invés de um cidadão que tem direito a acessar as políticas públicas, na forma dos seus programas, serviços e/ou benefícios.

Logo, as IES têm um papel fundamental: o de formar profissionais capazes de atuar nesta perspectiva. Mas isto nos leva a mais um problema, o de que as formações se encontram eivadas pela lógica do modelo de organização e gestão do trabalho e, logo, de formação que atende aos interesses do capital.

No paradigma taylorista-fordista, a relação entre trabalho e formação profissional encontra-se associada às necessidades do processo produtivo, ou seja, atrelada às necessidades do processo de trabalho de cada ocupação ou profissão. A formação é concebida como forma de preparação para o mercado de trabalho, embora se utilize do caráter ideológico da mesma – ascensão social - para motivação dos trabalhadores.

Com base nessa concepção, as implicações na Educação passam a associá-la, exclusivamente, como ferramenta de preparo de mão-de-obra futura, impossibilitando as noções de trabalho como forma de expressão e realização humana, bem como da

Educação como construção cultural e coletiva das nações e da sociedade como um todo. Dessa concepção, “[...] depreende-se que o sofrimento, muitas vezes, presente nos processos de formação e no trabalho humano pode estar associado a essa visão restrita de Educação e de trabalho” (MACIEL, 2006, p. 35).

No paradigma contemporâneo “[...] as novas formas de produção demandariam um novo tipo de trabalhador: mais qualificado, mais flexível, mais envolvido com a produção” (LARANJEIRA apud CATTANI, 1997, p. 92). Se nos reportarmos à ideia de que “[...] a formação profissional está, em grande parte, associada às necessidades definidas pelas empresas no que concerne à sua política de organização e gestão do trabalho [...]” (CATTANI, 1997, p.94), podemos afirmar que há uma clara relação entre a construção de perfis profissionais, a formação profissional e as demandas do mercado de trabalho.

No que se refere à formação de profissionais, há uma estreita relação entre as demandas do campo econômico/político e as respectivas propostas de formação que se balizam a partir da “[...] definição desse novo padrão que é configurado pela unidade político-ideológica que ancora o neoliberalismo, ou seja, o mercado é o grande regulador dessa dinâmica” (SERRA, 2001, p. 153).

Nesta perspectiva de formação, cuja hegemonia e interesse se centram no mercado, é importante destacar as diretrizes centrais que ancoram a mesma: formação como preparação imediata para o trabalho (ênfase na capacitação técnico-operativa); reprodução de conhecimentos em detrimento da produção de novos conhecimentos (justificando a redução de investimentos); redução da formação ao ensino (redução/exclusão da extensão e pesquisa); ingerência e primazia do mercado na definição dos perfis dos cursos e adoção de um modelo gerencial/empresarial nas IES (lógica mercantil).

Assim, urge instaurar o debate acerca da noção de Educação presente na formação desses profissionais, pois se evidenciam diferenças substantivas entre uma perspectiva humanista e outra neoliberal.

A educação humanista, tão ilusória quanto possa ser sua pretensão à universalidade em uma sociedade de classe, visando o desabrochar de todas as faculdades intelectuais, morais e físicas, tinha, por finalidade, a emancipação intelectual e, por referência ideal, um homem completo para o qual o trabalho não era a ocupação exclusiva da vida. A educação, na época neoliberal, visa, ao contrário, a formação do assalariado, ou, mais geralmente, do ‘trabalhador’ cuja existência parece se reduzir a utilizar conhecimentos

operacionais no exercício de uma profissão especializada ou de uma atividade julgada socialmente útil (LAVAL, 2004, p. 41-42).

Laval é muito claro ao mostrar o lugar dado à Educação, logo, formação nesse momento da sociedade e, embora como agentes que acreditamos na concepção humanista de Educação, é fundamental que entendamos as repercussões desse novo padrão de regulação das instituições educativas para nos conectarmos com a realidade tal qual se apresenta no momento atual.

O grande regulador do modelo atual de sociedade passa a ser o mercado, enquanto o Estado perde progressivamente as suas funções, o que vai gerar alterações significativas nas demais instâncias da vida em sociedade. Dentre elas, veremos um mercado que funciona em curto prazo e em busca de resultados imediatos, exacerbando conquistas individuais e desconsiderando as consequências desse funcionamento para os seres humanos e para os recursos naturais.

Outra alteração refere-se às razões impulsionadoras desse mercado que se movem pelo caráter utilitarista de suas ações, gerando comportamentos hedonistas e competitivos entre os seres humanos, as organizações e as nações como um todo. Por fim, esse modelo regulador vem pondo em risco os direitos e valores, construídos socialmente e que visavam a uma coletividade, impactando nas condições de vida e na produção da desigualdade em todas as suas formas de expressão (MACIEL, 2006).

### **Desafios contemporâneos para a formação de operadores de políticas públicas**

O desafio de formar profissionais para atuar no âmbito das políticas públicas requer, com base no que desenvolvemos nos itens anteriores, os seguintes tópicos:

- *problematizar os impactos da crise nas políticas e nos direitos.* Reconhecer que as políticas sociais se tornam alvos dos processos de mercantilização, focalização e/ou privatização diante da crise capitalista. Isto desafia os profissionais a conviver com a pressão institucional em endurecer critérios de elegibilidade, ampliar condicionalidades, focalizar benefícios, etc. = Imposição de limites para a universalização das políticas e direitos. Ao mesmo tempo, nos requisita a demonstrar porque, no Brasil, estamos longe de alcançar a universalidade das políticas e a redução da desigualdade estrutural;

Pensar as formas da crise contemporânea exige recuperar as determinações mais significativas da vida crítica em que a humanidade foi lançada com a generalização do capitalismo. A crise atual incorpora novos elementos, mas se insere numa longa trajetória cuja compreensão pode evitar análises unilaterais que resultem em falsos remédios (FONTES, 2017, p. 414).

- *renovar a luta pelo investimento na formação de profissionais para atuar nas políticas públicas de modo qualificado.* Isto exige o fomento da competência teórica para ler a realidade, via sólida formação profissional e ampliação da pesquisa, fortalecendo os fundamentos que alicerçam a formação e o trabalho na área. Igualmente requer competência técnico-operativa para intervir na realidade, de modo a garantir a mediação dos direitos, e enfraquecer a visão reificada que as profissões são uma mero mimetismo das políticas sociais e, por fim, competência política para favorecer e se inserir nos espaços de participação, controle e luta social da classe trabalhadora, de modo a não ser, apenas, um profissional que presta serviços públicos para garantir a reprodução material dos sujeitos, mas que incide na cultura da mesma, de modo a fortalecer a dimensão educativa do seu trabalho;

- *problematizar as contradições presentes na atuação desses profissionais de modo a:*

[...] afirmar uma formação que contemple os eixos da integralidade e universalidade, é de suma importância. Nesse sentido, parece ser central à formação contribuir para a constituição de um sujeito ético, comprometido com o seu tempo histórico, um sujeito que reconhece sua condição e seu compromisso humano-genérico, que opta por uma posição de classe, consciente de que é um ser político que movimenta saberes e poderes, embora reconheça os limites que lhe são impostos pelo assalariamento e os que condicionam as efetivas possibilidades históricas de transformação frente ao real (PRATES, 2015, p. 6).

- *participar da disputa por um modelo de Estado e de política social de caráter universal e à luz da lógica do direito social.* Tal desafio impõe a capacidade de acompanhar as experiências de parceria público-privada, no âmbito das políticas sociais, a fim de apreender as suas alterações no que se refere à concepção da política (direito ou serviço?), a identidade dos seus operadores (funcionários públicos ou prestadores de serviço?); pertencimento de classe (perda de referência ou potencialização da mesma?) e a concepção do trabalho no setor público (carreira individual e meritocrática X trajetória e conquistas coletivas de um segmento da classe trabalhadora?); a identidade dos cidadãos (sujeitos de direitos ou consumidores/clientes?);

- *descortinar e problematizar o caráter público e privado nas políticas públicas*. Neste desafio, cabe aos formadores enfrentar os temas polêmicos que se referem às indagações acerca da possibilidade de as políticas públicas poderem ser compartilhadas com os entes privados; da problematização das lógicas de um e outro ente; da apreensão de como elas impactam na gestão dos programas e serviços e, especialmente, de como ficará o trabalho dos operadores das políticas neste modelo “híbrido” que articula organizações privadas na execução dos serviços e políticas públicas.

## **Conclusão**

O desafio que se recoloca no tempo presente, apesar da crise generalizada, é o de avançar na qualificação dos processos de formação que superem os apelos pela formação atrelada aos interesses e lógicas exclusivas do mercado.

[...] a sociedade espera mudanças significativas no mundo por meio da educação, por isso o professor deve ter sempre em mente que a escola nunca foi e nunca será neutra, mesmo porque a educação é uma forma de intervenção no mundo, e esse poder deve ser canalizado exatamente para a luta pela diminuição das desigualdades sociais, seja desmascarando ideologias possivelmente opressoras que turvam a visão da realidade, seja implementando ou implantando valores éticos e morais nos alunos e introduzindo noções de cidadania (CARDOSO, 2002, p. 214).

Assim, entendemos que alguns elementos são fundamentais neste processo e que podem incluir a busca por formações que privilegiem:

- as análises sobre o Estado e suas relações com a sociedade, com vistas à sua aplicabilidade na análise e no desenvolvimento de ações na esfera estatal da sociedade civil e do mercado, no que se refere a garantia de direitos sociais;
- os conhecimentos multidisciplinares que se constituem como essenciais para realizar análises, elaborar planos, formular, implementar e avaliar políticas, programas, projetos e ações em âmbito local, regional e nacional;
- a capacidade de assessoramento dos demais sujeitos e organizações políticas na formulação e implementação de ações no âmbito das políticas públicas;
- a capacidade de criação de instrumentos e tecnologias para intervenção social, utilizando os recursos que os governos, as organizações da sociedade civil e do mercado dispõem;

- a competência para formular e implementar políticas, programas e projetos voltados ao fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem estar social e dos direitos humanos, sociais e ambientais.

Concluimos, assim, que a formação de operadores de políticas públicas é fundamental para avançarmos na consolidação da cidadania social, aliando conhecimentos, estratégias e técnicas com compromisso ético, político e social dos mesmos, haja vista a natureza, a necessidade e a finalidade dessas políticas na nossa sociedade, especialmente, num contexto de crise, desqualificação do Estado e desvalorização dessas profissões e profissionais.

É fundamental que problematizemos a priorização de uma racionalidade técnica, que relegou a ética a segundo plano, pois uma verdadeira razão ética não pode prescindir da sensibilidade. Essa razão, em nosso entendimento, passa pela qualificação da educação, pela formação profissional a ela vinculada e pelo compromisso dessa formação com a qualificação das políticas públicas, em uma perspectiva de universalização, especialmente no contexto histórico brasileiro atual, quando esses são requisitos demandados como competência para algumas profissões pela própria sociedade (PRATES, 2015, p. 5).

## REFERENCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.129, maio./ago.2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0366.pdf>>.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e desenvolvimento**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Porto Alegre: Vozes, 1997.

CHAUÍ. Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CARDOSO, Celso. **Formação crítico-reflexiva**: a relação teoria e prática. Integração ensino⇌pesquisa⇌extensão, ano 3, n. 30, ago. 2002. Disponível em: <[http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos\\_academicos/212\\_30.pdf](http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/212_30.pdf)>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise no capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.130, set./dez., 2017. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is)>.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, v. 13, n. 37, jan./abr.2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503706>>.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino privado**. Londrina: Planta, 2004.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em crise: Uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. 2006. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane. Editorial: Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, jan./jun.2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Lucia/Downloads/21388-86373-1-PB%20(1).pdf>.

SERRA, Rose. **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez, 2001.